

Letras paulistas sofrem investigação

*Ministério Público
determina realização de
perícia em operações dos
governos Quéricia e Fleury*

FAUSTO MACEDO

O Ministério Público Estadual vai mandar fazer uma perícia contábil em operações de venda de Letras Financeiras do Tesouro do Estado realizadas entre 1989 e 1994. Elas teriam produzido um desvio de R\$ 822,6 milhões.

A emissão de títulos da dívida pública do Estado foi solicitada pelos ex-governadores Orestes Quéricia (1987-1991) e Luiz Antônio Fleury Filho (1991-1994) e autorizada pelo

Senado, exclusivamente para liquidação dos precatórios judiciais.

Levantamento promovido pelo governo Mário Covas (PSDB) revela que os recursos obtidos com o lançamento dos títulos no mercado, a partir de 1989, alcançaram R\$ 1,34 bilhão, em valores atualizados pelo dólar médio de dezembro de cada ano seguinte, até 1994.

Segundo o procurador-geral do Estado, Márcio Sotelo Felipe, do total arrecadado, apenas R\$ 521 milhões teriam sido efetivamente empregados "para a finalidade legal". O que restou (R\$ 822,6 milhões) não foi usado para pagar precatórios.

O procurador César Mecchi Moraes, que conduz a apuração, notificou os ex-secretários da Fazenda dos go-

vernors Quéricia e Fleury Filho, José Machado de Campos Filho e José Fernando Boucinhas, que entregaram extensos relatórios sobre as operações, em que negam a existência de irregularidades.

O procurador Moraes está disposto a fazer uma perícia por causa da "complexidade do caso". A perícia deverá identificar o fluxo de caixa, confrontando as entradas de verbas dos precatórios e as saídas de recursos. Um auxiliar de Covas disse ao **Estado** que "será muito difícil descobrir o destino dado a esse dinheiro, porque o caixa é único". Em abril deste ano, falando sobre os títulos, o secretário da Fazenda de Covas, Yoshiaki Nakano, comentou que "dinheiro não tem orelha".